

PROFESSORES PROTESTAM CONTRA

CONTINUIDADE DO REPRESAMENTO NA CARREIRA

A APROPUC tem recebido manifestações de vários professores contrárias ao veto imposto pela Fundasp à ascensão e progressão na carreira em 2023.

A reitoria apresentou uma relação de 68 professores aptos a progredir ou ascender à carreira segundo as normas estatutárias vigentes. Porém, no último Consad, o secretário-executivo da Fundasp, padre Rodolpho Perazzolo, informou que, em virtude do contingenciamento orçamentário, não poderia promover professores pelo menos por dois anos.

O contingenciamento foi provocado, segundo o

gestor, pelos valores do acordo coletivo docente, o que causou estranhamento à comunidade acadêmica, uma vez que já estavam em grande parte, previstos na peça orçamentária.

Este foi mais um rude golpe às já tão precárias condições de trabalho docente, que nos últimos anos vêm igualando a PUC-SP às instituições de ensino particular com piores condições de trabalho no mercado.

Deliberação 03/2023

À proibição da Fundasp soma-se a edição da deliberação 03/2023 que, a partir

de julho, reduziu o salário dos ingressantes, submetendo-os a uma tabela com cargas ampliadas e valores inferiores aos praticados com os professores já em atividade antes daquela data.

Mais uma vez a isonomia salarial foi quebrada, criando categorias diferenciadas entre trabalhadores com a mesma função.

O Conselho Universitário, Consun, enviou manifestação à mantenedora solicitando a não aplicação da resolução no ano de 2024, mas até agora não houve resposta por parte da Fundasp.

As medidas adotadas pela Fundasp em 2023 tornam

cada vez mais distante a almejada renovação de quadros da universidade, uma vez que os valores salariais e as condições de trabalho oferecidas pela instituição já não são atraentes como foram décadas atrás, quando a PUCSP se constituiu em uma das principais referências no trabalho docente. O reflexo dessas medidas já se fez notar no início do atual semestre quando faculdades que deveriam contratar novos docentes foram recusadas por professores que não se dispunham a receber os valores salariais estipulados por uma jornada massacrante e sem perspectivas de uma progressão na carreira acadêmica.

Palestra debate Sistema Global de Direitos Humanos

A Profª Drª Lucineia Rosa dos Santos proferiu a palestra Sistema Global de Direitos Humanos para estudantes do curso de Letras: Tradução - Inglês Português, majoritariamente estudantes das disciplinas Língua Inglesa: Direitos Humanos e Narrativas e Tradução de Textos de Ciências Humanas e Direitos Humanos, a convite da Professora Drª Vera Cabrera Duarte.

Na palestra, a profª Lucineia, mulher negra jurista apontada como possível ocupante da cadeira da Ministra Rosa Weber no Supremo Tribunal Federal, apresentou um panorama histórico da Carta dos Direitos Humanos da ONU, desde sua origem em 1948, bem como seus desdobramentos até hoje, especialmente no Brasil, constituindo leis e políticas públicas vigentes.



Na foto acima os participantes do evento; no destaque as professoras Vera Cabrera Duarte, Lucineia Rosa dos Santos e Victoria C. Weischtordt

Crescem manifestações pelo fim do conflito no Oriente Médio

Em todo o mundo cresceram nos últimos dias as manifestações por um cessar fogo no Oriente Médio. A barbárie protagonizada pelo estado de Israel, após o ataque do grupo Hamas, tem deixado sequelas na população palestina somente vistas em situações extremas da crueldade humana, como o Holocausto, na Segunda Guerra Mundial. Organizações do mundo todo têm-se manifestado para exigir um cessar fogo imediato e o reestabelecimento da paz na região com o reconhecimento de um estado palestino independente. Aqui no Brasil a reitoria da Unicamp se pronunciou nesta semana divulgando um manifesto em que afirma que “os princípios que regem nossa comunidade

acadêmica, o repúdio à violência e a defesa da dignidade das pessoas e de seus direitos fundamentais são as bases sobre as quais a Unicamp vem a público defender o fim do conflito na Faixa de Gaza”.

A Fepesp, Federação dos Professores do Estado de São Paulo, lançou uma nota na semana passada, em nome de todos os sindicatos que integram a Federação, defendendo “um cessar-fogo imediato abertura de corredores humanitários, especialmente para crianças, idosos e mulheres, bem como a libertação dos reféns”.

Na PUC-SP o recém formado comitê de Estudantes em Solidariedade ao Povo Palestino, ESPP PUC-SP, havia convocado um ato onde estariam presentes Bruno Huberman,

Breno Altman e a estudante Aiuni, sob o título de Internacionalismo e a Questão Palestina. Porém, em virtude da falta de energia elétrica o debate foi cancelado e a organização estuda outra data. O Comitê, dentro da PUC-SP, tem por finalidade, segundo seu manifesto: “fazer com que a luta dos povos palestinos, dos estudantes e da classe trabalhadora brasileira se articule em três pontos programáticos: Pelo fim da ocupação das terras palestinas; Pelo direito de retorno dos refugiados; Pela libertação dos presos políticos”. Por outro lado, torna-se cada vez mais crítica a situação dos brasileiros que estão aguardando em Gaza autorização para sair da região. Boa parte da imprensa já levanta a hipó-

tese de que o atraso deveu-se a um boicote do governo israelense ao Brasil, após as manifestações de Lula condenando a guerra no Oriente Médio e qualificando as atitudes israelenses de insanidades.

No fechamento desta edição, um grupo de 33 brasileiros recebeu autorização para deixar a Faixa de Gaza.

A APROPUC abraça historicamente a causa da libertação da Palestina e portanto por um estado independente para seu povo. A APROPUC tem estado presente desde sua fundação, assim como agora, no apoio e defesa do povo palestino, sendo que neste momento soma-se ao clamor mundial pelo fim do genocídio na Palestina e pelo cessar fogo imediato.

Roda de conversa reflete sobre a realidade do povo indígena em cidades

Na quinta-feira, 9/11, no auditório 116-A, aconteceu a roda de conversa "Direito à cidade e os povos originários" que faz parte da 15ª Retomada indígena. A mesa foi composta por: Mariele Gerônimo (mestranda em Serviço Social), Jacileide Guarani (Guarani Mbya) e Hans Remberto Quelca Yanique (indígena da cultura Aymara e mestre em Serviço Social).

O censo do IBGE de 2022 aponta que por volta de 19.777 pessoas se autodeclararam indígenas na cidade de São Paulo, e a discriminação contra esse grupo é muito presente na cidade, especialmente em ambientes acadêmicos e elitizados. "Eu estudei na PUC-SP não para ser colonizada, mas para descolonizar o livro acadêmico. Muitos antropólogos falam do povo indígena de



Na mesa, da esquerda para a direita, Mariele Gerônimo, Hans Remberto e Jacileide Guarani

forma romântica. A realidade é diferente. É difícil para quem está sentindo na pele",

relata Jacileide Guarani ao se lembrar dos momentos difíceis que viveu na universidade.

PUCviva

Publicação da Associação dos Professores da PUC-SP e da Associação dos Funcionários da PUC-SP

Edição: Valdir Mengardo

Reportagem e Fotos: Sthefane Mattos

Revisão: Marina D'Aquino

Arte /Editoração : Valdir Mengardo e Ana Lucia Guimarães

Conselho Editorial: João Batista Teixeira da Silva, Elaine Alves Trindade, Victoria C. Weischardt, Jason T. Borba, Pedro Henrique Carneiro, Maria Helena Gonçalves Soares Borges e Sandra Costa

APROPUC: Rua Bartira, 407 - Cep 05009-000 - Fone 3872-2685

AFAPUC: Rua Ministro Godoy, 1055 - Fone 3670-8208

PUCviva: Fone/WhatsApp: 3872-2685

Correio Eletrônico: pucviva.jornal@uol.com.br

Pucviva na internet: www.apropucsp.org.br



Acima o professor Jarjura e no destaque a cerimônia de entrega do título de cidadão sorocabano, juntamente com o diretor da FCMS, Godofredo Campos Borges.



José Jarjura

Faleceu no dia 01/11 o professor José Jarjura, da Faculdade de Ciências Médicas e da Saúde. Na PUC-SP desde 1979, o professor do campus de Sorocaba era muito querido por seus colegas, o que

provam as manifestações de carinho deixadas nas redes sociais após o seu falecimento. O professor Daniel Gatti, da Faculdade de Ciências Exatas e Tecnologia, destaca o papel do professor: “Muito

triste, o Jarjura era uma pessoa incrível, ajudou a criar o curso de Engenharia Biomédica, levava os alunos para o nosso hospital Santa Lucinda, em Sorocaba. Um Lorde. Vai deixar muita saudade. Sentimentos à família”.

Recebemos através da professora Cibele Isaac Saad Rodrigues um pequeno histórico das atividades do docente que transcrevemos abaixo:

Graduado em Medicina pela Universidade Estadual de Campinas em 1973, o professor-doutor Jarjura concluiu seu mestrado em Otorrinolaringologia pela PUC-SP em 1979 e seu doutorado na mesma especialidade pela USP em 1993. Desde 1978, vinculou-se como docente à Faculdade de Ciências

Médicas e da Saúde (FCMS) da PUC-SP, onde se estabeleceu como professor-titular e coordenador da residência médica em Otorrinolaringologia. Dedicou-se principalmente às áreas de Audiologia, Otologia, Cirurgia Otológica, Rinologia e Paralisia Facial Periférica. Casado com a arquiteta Elizabeth Stabenow Jorge, deixa duas filhas. Além de sua dedicação à Medicina e à educação médica, o professor-doutor Jarjura possuía uma paixão pelo piano.

Durante mais de quatro décadas na FCMS, contribuiu para a formação de mais de quatro mil médicos e cerca de 130 especialistas em Otorrinolaringologia.

PUC-SP no escuro

A PUC-SP viveu mais uma semana atribulada com a falta de energia elétrica que assolou a cidade de São Paulo. As aulas foram suspensas na tarde de segunda-feira, 6/11, só retornando na quinta-feira, 8/11. Em nota divulgada em seu site, a PUC-SP esclareceu que “mais uma vez foram feitas várias tentativas de obter da Enel o restabelecimento da energia ou o agendamento do mesmo, sem sucesso”.

Uma série de eventos foram cancelados ou tiveram suas datas alteradas, entre eles a Semana da Consciência Negra a Retomada Indígena e a Jornada de Iniciação Científica, acontecimentos importantes da universidade, ainda sem novas datas definidas. As reclamações foram muitas: pelas redes sociais os estudantes questionavam a falta de geradores para enfrentar dificuldades como esta, ou o fato de a PUC-SP ser um dos únicos prédios da região

a ficar sem energia, enquanto que, no entorno da universidade, a energia já havia sido restabelecida. Outra queixa referia-se à falta de um esquema de aulas on-line que pudesse enfrentar situações de exceção, como greves de transporte coletivo e falta de energia, mais adequadamente.

Mas, o grande prejuízo da situação atual fica por conta do calendário que, até agora, não foi alterado e deverá deixar os alunos com menos aulas do que aquelas previstas originalmente. As últimas semanas de aula do semestre prometem ser extremamente intensas com provas e trabalho acumulando-se sobremaneira.

Falência da privatização

A situação criada pela tempestade que se abateu sobre a cidade na sexta-feira, 03/11, traz à tona, mais uma vez, a falência do processo de pri-

vatização encetado por governos neoliberais do estado de São Paulo: a privatização da Eletropaulo tem seu início em 1998, quando Mario Covas desmembra a estatal em 4 empresas. Em 2018, na gestão Dória, a ENEL compra as ações das demais empresas e torna-se majoritária. De lá pra cá a Enel mostrou em diversas ocasiões toda a sua ineficiência para lidar com situações extremas. Mais de 2 milhões de paulistanos ficaram sem luz por vários dias, quedas de árvores provocaram transtornos e mortes nas ruas de São Paulo, enquanto que a fiação elétrica, que teve um plano de aterramento anunciado em 2017 continua, em sua maior parte exposta.

A ENEL reduziu seu pessoal efetivo em mais de 35% (o presidente da companhia afirma que foram substituídos por terceirizados), e não cumpriu, até hoje, o contrato firmado quando da sua entra-

da no lugar da Eletropaulo. Às falhas da concessionária de energia se somam os constantes problemas nas linhas privatizadas do metrô (gerenciadas pela Via Mobilidade) e o descaso com parques municipais entregues à iniciativa privada.

Apesar de tudo o governador bolsonarista de São Paulo, Tarcísio de Freitas, faz da privatização da Sabesp a sua principal bandeira de governo, tendo como fiel escudeiro o prefeito da cidade, Ricardo Nunes, que já abdicou dos direitos que a cidade tinha sobre a Sabesp, em troca provavelmente de apoio eleitoral. O projeto de privatização já está em tramitação nas comissões da assembleia legislativa e a população se mobiliza através de abaixo assinado para evitar mais esta maracutaia. Adesões ao abaixo-assinado podem ser feitas em <https://www.emdefesadasabesp.org/>